
A SEGURANÇA DA EUROPA CENTRAL
E A ALIANÇA ATLÂNTICA
— O CASO DAS REPÚBLICAS CHECA E ESLOVACA —

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual elaborado pelo autor, na qualidade de auditor do Curso de Defesa Nacional (CDN 94), e escolhido para publicação na revista «Nação e Defesa».

Luís de Medeiros Ferreira

A SEGURANÇA DA EUROPA CENTRAL
E A ALIANÇA ATLÂNTICA
— O CASO DAS REPÚBLICAS CHECA E ESLOVACA —

ASPECTOS DA SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA FACE À
PROBLEMÁTICA NA EUROPA CENTRAL

1. INTRODUÇÃO

O fim do Sistema Bipolar

A seguir à «revolução de 1989» muitos foram os que julgaram ser possível uma nova ordem mundial sem conflitualidade face à adopção dum sistema multipolar baseado na democracia, na economia de mercado e na defesa dos direitos humanos.

Julgo paradigmática a referência a Francis Fukuyama com «O Fim da História» que conseguiu, de início, uma grande adesão no mundo ocidental.

Mas cedo se verificou a necessidade duma intervenção militar para evitar potências hegemónicas no Golfo.

Assistimos atónitos ao desabrochar de nacionalismos após a queda do comunismo, e, com eles, ao «Renascimento da História».

Exemplo marcante a desintegração da Jugoslávia a que a Europa assistiu sem dispor de soluções a não ser as legitimadas por deliberação da ONU.

A estabilidade e instabilidade no Centro e Leste Europeu

A inviolabilidade das fronteiras desenhadas no final da 2.^a Guerra Mundial e a procura da sua manutenção através da Acta final de Helsínquia, em 1975, não fazia prever a possibilidade do surto das chamadas independências nacionais a seguir à dissolução da União Soviética.

Factor de grande significado poderá ter sido a reunificação Alemã que, modificando por forma decisiva o Mapa Europeu, contribuiu para que as pequenas nações do Centro e Leste procurassem igualmente exercer os seus direitos. Só que nestes casos, ao invés, não caminharam para comunidades mais alargadas, dado que o seu objectivo inicial foi a separação das anteriores tutelas.

Os nacionalismos foram vistos pelo mundo ocidental como sendo «normais», considerando o colapso da ex-URSS. Do ponto de vista da Rússia originariam focos de instabilidade e conflitos que fomentariam separatismos com futuras incidências até mesmo no mundo ocidental.

Por isso, a região conhecida como Europa Central surge, nos nossos dias, como uma zona de pequenas nações entre a Alemanha e a Rússia.

E porque são também jovens Estados terão de resolver uma elevada gama de problemas, de entre os quais são de salientar a instabilidade social, a crise económica, o problema das minorias e das migrações, originando como consequências imediatas a dificuldade de relacionamento bi e multi-lateral entre os respectivos Estados.

Por um lado, não têm sido profícuas as múltiplas tentativas de organização regional, e, por outro, as dificuldades que têm vindo a ocorrer na sua inserção na Europa Ocidental tornam difícil o preenchimento do vazio de poder existente na região.

Enquanto a Alemanha e a Rússia mantiverem estabilidade política interna, e no âmbito das relações internacionais continuarem uma política de boa vizinhança, serão elevadas as possibilidades de estabilidade entre os países do Centro e Leste Europeu.

Assumirá um papel de relevo, na área em apreço, a Alemanha reunificada e inserida na União Europeia, atendendo:

- às suas actuais fronteiras geográficas;
- à necessidade de defender os interesses dos cidadãos alemães naqueles países;
- às suas possibilidades de investimento como principal parceiro económico na região;
- à difusão da língua alemã, na área, através do recém-criado Instituto Goethe.

Ao invés, uma combinação duma quase-economia de mercado, aliada a um regime não democrático com base nos fundamentos nacionalistas da Rússia, constituem para os países do Centro e Leste Europeu o cenário propício a uma nova Rússia Imperial, que procurará reconstruir uma nova zona de influência.

Nas actuais circunstâncias a Europa Central goza duma nova situação geoestratégica favorável, porquanto está protegida em relação à Rússia pelos Estados Bálticos, Bielorrússia e Ucrânia.

Contudo esse equilíbrio favorável alterar-se-ia logo que a Ucrânia perdesse a sua independência face à Rússia, e uma vez mais os Estados do Centro Europeu ver-se-iam transformados numa «zona tampão» entre a Rússia e a Europa Ocidental.

2. A VISÃO GEOPOLÍTICA DE MACKINDER E OS CONFLITOS CULTURAIS ACTUAIS.

Já em 1943, Mackinder considerou a Europa Central como zona chave na disputa do Poder Mundial e preconizou a criação dum equilíbrio de poderes no Continente Europeu para impedir a hegemonia da grande potência epirocrática.

Tratando-se, na época, da contenção da Alemanha, este geopolítico propôs a existência de dois «diques de Poder»:

— A Leste o Poder Terrestre assente na potência do «Heartland»; e a Oeste o Poder Marítimo centrado na Bacia do Atlântico Norte.

Após as vicissitudes da Conferência de Yalta em Fevereiro de 1945, estrutura-se a Oeste o Pacto do Atlântico em 1949 e a Leste conclui-se, com idêntica organização, o Pacto de Varsóvia em 1955.

Com esta bipolaridade de poderes conseguiu-se um profícuo período de paz na Europa durante cerca de 40 anos.

Com o final da Guerra Fria, as linhas de contenção entre o Cristianismo Ocidental, o Cristianismo Ortodoxo e o Islamismo na Europa libertam as suas fronteiras ideológicas iniciais, movendo-as para Leste (ver Anexo A).

De acordo com o artigo do Professor Samuel P. Huntington, intitulado Choque de Civilizações, publicado na revista «Foreign Affairs» (Verão de 1993):

— «As grandes divisões da humanidade e as fontes dominantes de conflito serão de natureza cultural, ocorrendo entre grupos de diferentes civilizações.»

Para o Prof. Huntington existem 8 civilizações: Ocidental, Japonesa, Islâmica, Hindu, Ortodoxa, Latino-Americana e Africana.

Sendo assim, as implicações para a Rússia, que fica ainda bem distante para Leste dessa linha imaginária, são potencialmente ainda mais preocupantes, dado que, constituindo a força defensiva dos seus Estados vizinhos, se encontra na articulação de quatro dessas civilizações.

Neste âmbito a relação desses Estados com a Rússia terá igualmente um papel chave a desempenhar, não só na definição do Centro e Leste Europeu mas também na Ásia, onde as civilizações não ocidentais passarão a ser actores e não simplesmente objecto.

Na prospectiva de Samuel Huntington as fontes preponderantes de conflitos nas relações internacionais serão de carácter cultural, e uma última fase da evolução dos conflitos poderá ser constituída pelo choque entre civilizações.

Contudo, isso não implica que o conceito e a realidade que a palavra «civilização» significa venham a sobrepor-se às demais identidades internacionais, designadamente ao Estado-nação.

Possivelmente também, não significa que a médio ou a longo prazo exista apenas uma civilização universal mas um mundo com diversas civilizações, procurando cada uma delas coexistir com as restantes.

A ESPECIFICIDADE DA REPÚBLICA CHECA E ESLOVAQUIA

1. BREVE BOSQUEJO HISTÓRICO

No intuito de se libertarem do domínio do Império Austro-Húngaro, intelectuais como o checo Masaryk e o eslovaco Stefanik, exilados no Ociden-

te, propuseram ainda, durante a 1.^a Guerra Mundial, em 1915, aos Governos Francês e Inglês, a criação duma República Checoslovaca.

As potências saídas vitoriosas da 1.^a Guerra Mundial reconhecem, no Verão de 1918, a Checoslováquia, baseada na ideia dum povo «Checoslovaco» falando duas línguas eslavas que, sendo sensivelmente diferentes, são mutuamente compreensíveis.

Para além disso, no plano internacional a Checoslováquia surgia como um bastião contra o Imperialismo Alemão e a Revolução bolchevik.

Todavia, Checos e Eslovacos têm religião, cultura e até história diferentes.

Em 1920, dois anos após o seu reconhecimento, o novo Estado Checoslovaco, ignorando completamente as fronteiras étnicas, engloba minorias que constituem cerca de 40% da sua população.

Foi sob o pretexto do nacionalismo que Adolfo Hitler em 1938 exigiu a entrega à Alemanha da região dos Sudetas que, desde a Idade Média, deixara de ser povoada pelos Eslavos e substituídos pelos Alemães.

Foi na Conferência de Munique, em Setembro de 1938, que os Sudetas foram de novo anexados pela Alemanha, perante a permissão dos dirigentes Franceses e Ingleses que julgavam assim manter a paz abandonando os seus aliados Checoslovacos.

Como é sabido, a 15 de Março de 1939 dá-se a invasão da República Checa que se torna no protectorado alemão da «Boémia-Morávia». Aproveitando a circunstância a Eslováquia proclama a sua independência desembaraçando-se do centralismo de Praga, muito embora tivesse de abandonar a favor da Hungria parte das suas fronteiras a Sul.

Foi necessário de novo aguardar o final da 2.^a Guerra Mundial para que a Checoslováquia reconstituísse as suas fronteiras de antes da Guerra, exceptuando a sua extremidade oriental, a Ruténia, que foi anexada à Ucrânia, permitindo assim à ex-URSS estender-se até à planície Húngara.

Refeitas as fronteiras foi, apesar disso, necessário, na Conferência de Potsdam em Julho de 1945, decidir-se sobre o repatriamento da quase totalidade dos Alemães — cerca de 3 milhões. Embora igualmente se decidisse não expulsar os Húngaros, o certo é que cerca de 100 000 foram repatriados entre 1945 e 1947. Todavia os restantes 600 000 húngaros constituem a mais importante minoria não eslava na Eslováquia, dado que ainda representam cerca de 15% da população.

Na Conferência de Yalta, em Fevereiro de 1945, não estava previsto que a Checoslováquia fizesse parte da zona de influência soviética, apesar da minoria do seu território ter sido libertada pelo exército vermelho.

Contudo, os comunistas granjeando cada vez maior influência política a seguir ao veto da ex-URSS à adesão da Checoslováquia ao Plano Marshall, em 1947, acabam por tomar o poder em 1948.

A Checoslováquia torna-se uma «democracia popular», não tolerando nem o «separatismo eslovaco» nem o «nacionalismo burguês».

Apesar do espírito reformador da sociedade comunista ter aparecido com maior intensidade em Praga, será o eslovaco Alexandre Dubcek que, ao ser eleito Primeiro-Secretário-Geral do Partido Comunista Checoslovaco, irá propor, entre outras reformas, a formação da República Federal Checoslovaca.

Mas, em 21 de Agosto de 1968, a invasão da Checoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia, excepto as da Roménia, termina com as reformas da «Primavera de Praga», acabando por instaurar um «totalitarismo federalizado», como classificou Vaclav Havel, não satisfazendo nem Checos nem Eslovacos.

Em suma, a República Checoslovaca, proclamada em 1918, foi desmembrada em 1938, reapareceu em 1945, para ser oficialmente dissolvida em 31 de Dezembro de 1992, dando origem, a partir de 1 de Janeiro de 1993, a duas Repúblicas independentes — a República Checa e a República Eslovaca.

Esta evolução foi na sua génese quase sempre corolário das divergências entre os povos Checo e Eslovaco. Todavia também há que atribuir à comunidade internacional algumas indecisões sempre no intuito de tentar controlar as tentativas hegemónicas das potências na área — a Alemanha e a ex-URSS.

2. OS VECTORES ECONÓMICO E SOCIAL

A seguir à sua independência em 1918, a Checoslováquia sentiu naturalmente necessidade de participar nas concorrências materiais e culturais dos Estados de então.

Com considerável esforço nacional vence essa crise de adaptação e reforça o poder das suas finanças, conseguindo grande prosperidade entre 1924 e 1929.

São os anos do fortalecimento da democracia e da livre iniciativa.

Exportam-se para todo o mundo os produtos da indústria Checa, nomeadamente os metalúrgicos das fábricas Skoda, o armamento de Brno e o calçado das fábricas Bata.

Na capital, Praga, crescem os bairros modernos inspirados no cubismo, desenvolve-se a vida artística nas áreas da música e da pintura, com forte influência das escolas de Paris, e os cientistas checos participam na vida científica mundial.

A Eslováquia permanece predominantemente agrícola e pastoril, exercendo o clero um forte domínio sobre os camponeses.

Após o final da 2.^a Guerra Mundial, pela Constituição de 9 de Junho de 1948, a Checoslováquia transforma-se numa democracia popular e a política da «Frente Nacional» implica a nacionalização da banca, dos seguros, das companhias carboníferas, das grandes empresas industriais, assim como a reforma agrária de todas as áreas superiores a 50 hectares, implicando assim uma grande transformação das estruturas económicas e sociais.

Essa socialização foi facilitada pelos seguintes factores:

- a ocupação alemã haver deixado intacta parte das forças vivas do país;
- as ruínas materiais da 2.^a Guerra Mundial terem sido limitadas;
- a reduzida resistência à planificação centralizada devido à aceitabilidade de sacrifícios por parte do povo checo;
- o reconhecimento das qualidades do povo eslavo do Leste, ao qual não se opunha nenhum problema importante.

Mas a Checoslováquia será transformada numa sociedade totalitária do tipo estalinista tendo sido utilizados os modelos e os processos estalinistas dos anos 30 e 40 na eliminação das forças «contra-revolucionárias».

A partir de 1957, a Checoslováquia especializa-se na produção de maquinaria pesada e na indústria de armamento para exportação aos seus parceiros do bloco comunista, dentro do âmbito do COMECON.

Os desafios económicos dos anos 60 encorajam os apelos favoráveis a uma mudança política, tendo sido eleito, em Janeiro de 1968, o chefe do

partido eslovaco Alexandre Dubcek a Primeiro-Secretário do Comité Central do Partido Comunista Checoslovaco.

Dubcek esforça-se por introduzir um «socialismo de rosto humano», baseado numa maior abertura democrática no seio do partido, uma nova constituição, a democratização da vida económica e uma delegação de poderes aos governos federados checo e eslovaco.

A «Primavera de Praga» só foi possível com a conivência dos reformadores que rodearam Krushev.

Como resultado negativo da «Primavera de Praga» há a referir o estacionamento das tropas soviéticas no território checoslovaco. Todavia foi conseguida a confirmação duma estrutura federal assegurando a igualdade entre a nação checa e eslovaca.

Institucionaliza-se um Conselho Nacional Checo com 200 membros, um Conselho Nacional Eslovaco com 150, e procede-se a uma repartição equitativa de lugares na Assembleia Federal.

A planificação centralizada dos anos 70, implicando a especialização na indústria pesada, constrange a inovação e a especialização em novas indústrias, o que implica a perda de 1/3 do seu mercado para o Ocidente.

Esse período será marcado por uma oposição intelectual e cultural, cujo porta-voz foi o dramaturgo Vaclav Havel igualmente membro fundador da «Carta 77», associação de elementos preocupados com os aspectos éticos da vida política e social e as violações dos direitos humanos na Checoslováquia.

A «Carta 77» torna-se numa fonte de esperança, encoraja a formação de grupos de oposição, incluiu alguns dos reformadores de 1968 e constituiu resposta à Acta Final de Helsínquia de 1975.

Nos anos 80, animados pelo sucesso do sindicato Solidariedade na Polónia e pela política de abertura na ex-URSS, sob direcção de Gorbachev, as autoridades Checoslovacas tomam medidas para apaziguar o descontentamento da população, designadamente uma maior transparência dos assuntos de matéria económica.

Em Novembro e Dezembro de 1989 as manifestações de Praga e a abertura política conferida à oposição catapultam o dissidente Vaclav Havel para Chefe do Estado, por unanimidade, na Assembleia Federal. Essa mesma Assembleia que, semanas antes, não hesitaria em mantê-lo privado de liberdade e de direitos cívicos.

O surpreendente e rápido colapso da queda do Poder Comunista na Checoslováquia revelou a impossibilidade do modelo estalinista em manter a Europa de Leste como um «cordão sanitário» em relação à ex-URSS.

Não poderá igualmente deixar de ser referido o apoio concedido pela Embaixada dos EUA aos grupos de dissidentes nos meados dos anos 80, assim como o apoio de outros governos de países da NATO e o encontro entre dissidentes de Praga e o Presidente François Mitterrand em 1988.

A rebaptizada República Federal Checoslovaca, face a uma estabilidade macro-económica interna assim como a uma dívida externa pouco elevada (cerca de 8 mil milhões de dólares), não teve necessidade de conhecer a adaptação institucional e económica progressiva por que tiveram de passar a Hungria e a Polónia.

Com efeito, em Setembro de 1990, a Assembleia Federal aprova uma reforma económica com medidas baseadas nos regulamentos Comunitários Europeus, na perspectiva da sua futura adesão à UE.

A partir de Fevereiro de 1991 todas as empresas inscritas no Registo Comercial adquirem o direito de exercerem actividades comerciais no exterior.

Face ao apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciou-se em Dezembro de 1992 a privatização de cerca de 1400 empresas, e nesse final do ano a inflação, em cerca de 11%, é a mais baixa na Europa Central.

A passagem duma economia planificada para uma economia de mercado torna-se mais difícil na Eslováquia do que na República Checa, que, partidária dum liberalismo radical, granjeia de cerca de 85% do investimento estrangeiro, mantendo-se o desemprego em cerca de 4%.

A Eslováquia, com menor investimento externo e uma taxa de desemprego de 14% com tendência a aumentar atendendo à necessidade de reciclagem das indústrias de armamento, julga que se torna necessária uma economia com maior intervenção do Estado.

Talvez por isso o Parlamento Eslovaco aprovou uma declaração de soberania em Julho de 1992, que merece sancionamento na Assembleia Federal, em 25 de Novembro de 1992, autorizando a formação de dois estados independentes a partir de 1 de Janeiro de 1993: a República Checa e a República Eslovaca.

5. FACTORES DE INSTABILIDADE ACTUAIS. AS POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA

Geograficamente as Repúblicas Checa e Eslovaca são limitadas a Oeste pelo maciço da Boémia e a Sudeste pela planície da Morávia. A Leste erguem-se os Cárpatos da Eslováquia.

As regiões montanhosas, cobertas por florestas, constituem suporte para uma importante indústria de madeiras. Existem importantes recursos mineiros na Boémia tais como carvão, lenhite, grafite e urânio, assim como minérios não ferrosos na Eslováquia, que, como já foi dito, é uma república predominantemente agrícola.

A população constituída por aproximadamente 15 milhões de habitantes é composta por cerca de 62% de checos, 32% de eslovacos, 4% de húngaros, e os restantes 2% são constituídos por minorias de origem alemã, polaca, ucraniana e russa.

Do ponto de vista religioso a população é predominantemente católica.

Dispondo duma taxa de crescimento de cerca de 0,2% entre 1985 e 1990, cerca de 23% da população tem menos de 15 anos enquanto que cerca de 11% tem mais de 65 anos.

Ao ensino básico, com uma duração de 8 anos, e ao ensino secundário, com uma duração de 4 anos, tem acesso cerca de 89% da população.

O ensino superior é frequentado por cerca de 200 000 alunos.

Praticamente não existe analfabetismo.

Decorrentes das necessárias reformas económicas irão ser afectados com o desemprego cerca de 600 000 indivíduos maioritariamente Eslovacos.

A necessária melhoria dos produtos industriais, para poderem competir nos mercados internacionais, numa fase inicial irá afectar a produtividade e a moral dos trabalhadores, provocará o desinteresse nalguns empresários e noutros tentativas de falências fraudulentas para adquirirem as empresas a um valor mais baixo no processo de privatizações em curso.

As privatizações, implicando uma abertura ao capital estrangeiro, poderão originar efeitos perversos na reciclagem de algumas das indústrias que possam vir a ser potencialmente concorrentes com as suas congéneres ocidentais.

O processo de integração no mundo ocidental não poderá esquecer a sua anterior inserção no COMECON que absorvia cerca de 30% das suas exportações, e que no período de um ano foi reduzida sensivelmente para

metade, e também que os recursos energéticos recebidos do Leste foram igualmente reduzidos para 50%.

A República Eslovaca, sem recursos energéticos próprios para solucionar esta situação, necessita do funcionamento da barragem Gabčíkova para substituir a energia nuclear.

O conceito de equalitarismo social proveniente do regime anterior implicará algumas dificuldades na adesão à livre iniciativa, tornando-se necessária uma mudança de mentalidades para que, tendo conseguido a liberdade, saibam como a utilizar.

O número de milionários, estimado em 50 000 em 1990, duplicou no período de um ano, enquanto cerca de 45% da população reclamava que o seu nível de vida havia diminuído.

Apenas 25% da população manifestou contentamento com a situação política interna e cerca de 17% manifestou determinação em emigrar, o que representa uma percentagem superior à manifestada pelos Polacos e Húngaros.

Por isso, em Junho de 1992, para as eleições parlamentares, os partidos comunistas e de esquerda basearam as suas campanhas nas promessas de pleno emprego e abundância para todos.

Com o abrandamento das funções policiais duplicam os crimes e quintuplicam os roubos. Dos crimes praticados nas ruas aproximadamente 80% são cometidos por elementos da raça cigana (estimados em cerca de 800 000), originando um inesperado fenómeno de intolerância.

A pulverização dos partidos políticos constituiu uma oportunidade para a formação de grupos extremistas organizados.

Outro factor de instabilidade no plano interno é a questão das minorias na Eslováquia, constituídas por húngaros, ciganos, ruténios ou ucranianos, que poderá vir a causar atrasos à integração internacional de Bratislava.

Existem também reivindicações autonómicas na Morávia, e as relações entre Praga e a vizinha Alemanha podem deteriorar-se no caso de persistirem as exigências de indemnizações feitas pelos alemães expulsos dos Sudetas no final da 2.^a Guerra Mundial.

Sobre a linha de 220 km que separa a República Checa da Eslováquia (estável há cerca de sete séculos), face à assinatura de acordos estabelecendo uma União Aduaneira entre os dois Estados, foram colocados controlos fron-

teiriços apenas para mercadorias, sendo permitida a livre circulação de capitais e bens.

Conscientes de que reside na abertura do exterior grande parte do êxito do novo tipo de sociedade que pretendem construir, a diplomacia checoslovaca multiplicou-se em acordos bi e multilaterais com os Estados vizinhos, dos quais os mais significativos se transcrevem no Anexo B.

Os acordos concluídos inicialmente com a CE pelas autoridades federais Checoslovacas terão de ser renegociadas pelos governos de Praga e Bratislava com a finalidade de dividir, entre os dois Estados sucessores, as cotas e as outras concessões comerciais anteriormente acordadas com a CE.

As negociações dos novos acordos têm sido mais difíceis com a Eslováquia atendendo aos chamados sectores sensíveis tais como a agricultura, a siderurgia e os têxteis, posto que são objecto de restrições quantitativas na UE e representam um elevado peso na economia da Eslováquia.

O preâmbulo dos «acordos europeus» limita-se a evocar a adesão destes países como «um fim último», sem precisar nem os termos nem as datas.

Os governos Polaco, Húngaro e Checoslovaco propuseram que as negociações de adesão sejam iniciadas a partir de 1996.

Num relatório, tornado público em 3 de Maio de 1993, a Comissão Europeia preconiza uma série de medidas para facilitar a adesão dos países da Europa Central à UE.

Mas dificuldades inerentes às independências recentes, a longa espera para a sua entrada na Europa e a necessidade de satisfazerem critérios económicos e políticos difíceis de atingir têm originado algumas frustrações nos povos destes Estados.

4. OS RISCOS E AS INCERTEZAS

Do que antecede, estamos perante uma região onde os diversos condicionalismos, acima referidos, se poderão conjugar para potenciarem riscos e incertezas, numa evolução social em que será determinante o aprofundamento da democracia e da economia de mercado na Rússia.

Considerando que, até esta data, nem a NATO nem a UEO garantiram condições de segurança aos Países da Europa Central, a desintegração

das Repúblicas Checa e Eslovaca, no caso vertente em estudo, pode constituir uma séria fonte de tensões.

Com efeito, a República Checa perdeu alguns dos seus laços ao «Grupo de Visegrado», abriu-se inequivocamente ao mundo ocidental e deixou a República Eslovaca à deriva.

Tal facto enfraqueceu a cooperação regional no Centro Europeu, abandonou os esforços para a integração no Ocidente e poderá exacerbar tensões étnicas na região.

5. AS FORÇAS ARMADAS E A DEFESA

As tropas soviéticas abandonaram a Checoslováquia em Junho de 1991, tendo disposto dum total de 200 000 homens em armas até 1988 neste teatro de operações.

O material e o pessoal da extinta República Federal Checoslovaca foi dividido numa porção de 2:1 a favor da República Checa, embora com algumas excepções face a uma forma de cooperação defensiva entre os dois estados.

Apesar disso, não foi efectuada qualquer revisão aos tectos impostos nos acordos CFE e CFE1 (A).

A República Checa dispõe dumas FA's com cerca de 100 000 homens, estando prevista a sua redução para 65 000 em 1996.

Dispõe ainda de perto de 8000 Guardas de fronteira dependentes do Ministério do Interior e de cerca de 7000 elementos na Defesa Civil.

Os cidadãos estão sujeitos a um Serviço Militar obrigatório com a duração de 1 ano.

É por isso possível que, para além dos 65 000 elementos que compõem actualmente o exército, existam aproximadamente 250 000 reservistas.

A estrutura actual do exército baseada na divisão/regimento encontra-se em modificação para uma estrutura mais leve e móvel com base na brigada/batalhão. Pretendem, numa primeira fase, o estabelecimento duma brigada de reacção rápida constituída por 3 batalhões mecanizados de infantaria, evoluindo até ao final de 1995 para 7 brigadas de infantaria mecanizadas, 2 brigadas de artilharia, 1 regimento de defesa aérea e outras unidades de apoio.

A Força Aérea dispõe de 35 000 elementos que incluem 15 000 elementos da defesa aérea, e conta ainda com 50 000 reservistas.

Está estruturada em 2 divisões de defesa aérea constituídas por 2 regimentos de caça, 3 regimentos de caças/bombardeiros, 1 regimento independente e 1 regimento de reconhecimento.

Todo o material de que dispõe, quer o Exército quer a Força Aérea, é de origem soviética, exceptuando os carros de combate DANA da brigada de artilharia que são construídos localmente.

Com as tentativas de transformação em curso nas indústrias de defesa, e face às dificuldades actuais por que passa o complexo militar-industrial da ex-União Soviética, a manutenção e operacionalidade de todo o material das Forças Armadas têm obviamente diminuído.

É portanto pertinente inquirir qual o novo complexo militar industrial que irá apoiar os países do Centro e Leste Europeu quando eventualmente integrados noutro sistema de defesa colectiva.

Quais os riscos que podem implicar que as Repúblicas Checa e Eslovaca sintam necessidade para estruturar a sua defesa?

Enquanto que a fronteira Oeste da República Checa é apenas com a Alemanha Unificada, a fronteira Leste da Eslováquia confronta com a Ucrânia independente que deverá, em 1995, dispor dumas Forças Armadas com cerca de 300 000 elementos e poderá ainda possuir algum armamento nuclear.

Por forma idêntica prevê-se que, em 1994, a Alemanha mantenha forças nas proximidades da fronteira checa numa proporção de 4 para 1.

Todavia, do ponto de vista de segurança, como já foi anteriormente referido, existe ainda a questão dos subcárpatos que fizeram parte da Checoslováquia em 1919 e que foram incorporados na Ucrânia em 1945.

Para uma análise detalhada do pessoal e do equipamento actualmente utilizado pelas Forças Armadas da República Checa e Eslovaca, e os limites para que deverão evoluir face aos acordos CFE, insere-se o Anexo C.

A SEGURANÇA E DEFESA NO CENTRO EUROPEU E A POSSÍVEL ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. O CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO NORTE (NACC)

Com a constituição do NACC em Dezembro de 1991, para além dos 16 países da NATO foi alargada a sua composição aos países da Europa

Central e Europa de Leste e a outros que conseguiram as suas independências a seguir à dissolução da União Soviética. Os membros da NATO assumiram o compromisso de apoiar as reformas nos novos estados independentes da Europa Central e do Leste, a conceder-lhes assistência e a criar mecanismos de confiança incrementando os contactos entre os diversos países.

Como resultado iniciou-se um processo de diálogo e cooperação que se materializou na realização anual dum «Plano de Trabalho do NACC» que, para além de facultar a cooperação e o entendimento entre os países da NATO e os novos parceiros, inclui consultas sobre matérias relacionadas com assuntos de segurança e é extensível a contactos militares entre os diferentes países.

2. A COOPERAÇÃO REGIONAL ENTRE O «GRUPO DE VISEGRADO»

(Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria)

Após a integração da Alemanha unificada na NATO, em 3 de Outubro de 1990, os países do Centro e Leste Europeu comungaram da ideia de que não poderiam manter-se neutrais, mas também não pretendiam integrar-se em nenhum dos antigos blocos.

Julgaram ser possível colmatar o vazio estratégico originado pela dissolução do Pacto de Varsóvia e enfrentar o desafio do balanceamento das suas relações com os países do Leste e do Ocidente.

Para tanto, através de acordos bi e multilaterais procuram o estabelecimento de ligações de cooperação no intuito de atenuar os riscos para a segurança na região.

No caso vertente em estudo juntam-se em anexo B os acordos assinados pela Checoslováquia entre Agosto de 1990 e Julho de 1992.

Contudo cedo adquirem a percepção de que a sua neutralidade na região poderia implicar atrasos aos processos das suas adesões quer à UE quer à NATO.

Daí que no período entre Fevereiro de 1991 e Maio de 1992 os membros do Governo do «Grupo de Visegrado» intensifiquem considerável actividade diplomática, tendo efectuado cerca de doze encontros de Ministros da Defesa, Ministros dos Negócios Estrangeiros, Ministros das Finanças e Chefias Militares.

Dessa cooperação regional procuram conseguir a eficácia dos meios de natureza política, económica e militar que lhes permita a sua integração não só na UE mas também na NATO, após o convite que lhes foi formulado pelo Secretário de Estado James Baker em 2 de Outubro de 1991.

Julgo oportuno fazer algumas referências sobre a posição dos membros do «Grupo de Visegrado» em relação à UE, ONU, CSCE e UEO:

Para esses países, a UE, face à diminuição dos orçamentos com a defesa e a inerente redução das suas forças armadas, com excepção da reestruturação em curso nas forças armadas Alemãs, irá permitir o aumento do peso relativo deste país na região.

«O Grupo de Visegrado» considera que a UE não poderá confiar apenas na ONU, na CSCE ou na UEO, porquanto, pese embora sintam que estas instituições sejam necessárias e úteis, por si só não vê nelas as garantias de segurança suficientes.

Este raciocínio está fundamentado na sua participação na coligação militar na Crise do Golfo e na prontidão manifestada para integrar os contingentes militares da ONU em operações de paz na Jugoslávia, tendo, por via disso, concluído que as estruturas de decisão da ONU são demasiado lentas para constituírem uma garantia eficaz nos assuntos da segurança Europeia.

Pelo facto da CSCE ter escolhido Varsóvia para sede do secretariado para as eleições livres e Praga como sede do secretariado, esta organização usufrui de simpatia e interesse de todos os membros do «Grupo de Visegrado» e têm-na utilizado preferencialmente para tratar dos assuntos referentes ao direito das minorias, designadamente da dos polacos residentes na Lituânia.

Apesar disso manifestam publicamente a convicção de que a CSCE incorre em dificuldades estruturais idênticas à ONU.

Sobre a UEO consideram-na uma organização que, por possuir estruturas mais operativas, deveria constituir um instrumento de segurança potencialmente mais eficiente.

Para além disso, os responsáveis pela política externa Americana têm vindo a declarar que por razões de ordem política e económica os EUA manifestam a pretensão de diminuir a sua responsabilidade de intervenção militar no estrangeiro, ocorrendo esta, somente, quando estiverem em causa interesses vitais.

Noutras situações exigirão um maior empenhamento dos europeus nos assuntos de natureza militar, o que poderá ocorrer no âmbito da UEO.

Com a futura adesão à UE da Áustria, Noruega, Suécia e Finlândia a Europa dos 16 terá, pela primeira vez, fronteiras com a Rússia.

A Europa vê assim alargadas as suas responsabilidades no âmbito da segurança, razão por que, em Maio de 1994, no Luxemburgo, os Estados membros da UEO propuseram ao «Grupo de Visegrado», aos Estados Bálticos, à Bulgária e à Roménia um acordo para a participação desses países em manobras militares e operações de manutenção de paz, sem todavia haver garantido a segurança a estes novos parceiros.

3. A NATO E A «PARCERIA PARA A PAZ»

Continua a ser aceite, pelos EUA/Canadá e UE, que constituem uma unidade geopolítica e geoestratégica e que será através da Aliança Atlântica que a Europa disporá da componente nuclear necessária para contrabalançar o poder do espólio nuclear da ex-URSS. Tal facto poderá ainda ter como consequência que a Alemanha não sinta necessidade de aderir ao clube das potências nucleares.

Para tanto, após vários anos de diálogo e cooperação no seio do NACC, foi institucionalizada a «Parceria para a Paz».

A «Parceria para a Paz», proposta pela NATO na reunião de Bruxelas em Janeiro de 1994, constitui uma iniciativa que tem como finalidade a estabilidade e segurança em toda a Europa, estreitando os laços de cooperação entre a NATO e os países da Europa Central e de Leste e a outros países membros da CSCE.

Constituem objectivos da «Parceria para a Paz»:

- conseguir a transparência no planeamento e orçamentos da defesa nacional;
- assegurar o controlo democrático das forças armadas;
- manter a capacidade e prontidão das forças armadas para levarem a efeito operações sob a autoridade da ONU e/ou responsabilidade da CSCE;
- desenvolver a cooperação militar e as relações com a NATO no planeamento, treino e exercícios conjuntos e combinados para parti-

cipação em operações de manutenção de paz, humanitárias, a longo prazo, um sistema de forças que estejam aptas a participar em operações com as forças da NATO.

A República Checa e Eslovaca apresentaram o documento da sua adesão à «Parceria para a Paz» em Maio de 1994, tendo, até 1 de Junho de 1994, assinado o documento cerca de 20 países do Centro e Leste Europeu e da ex-URSS.

A Rússia pretendeu como condições para a sua adesão que:

- tivesse o direito de veto;
- fosse criado um mecanismo de consulta com a NATO sobre todas as questões de segurança;
- fosse atribuído um papel mais activo à CSCE;
- fosse renegociado o tratado CFE;
- a participação dos países na «Parceria para a Paz» não constituísse um primeiro passo para adesão de pleno direito à NATO por parte dos Estados membros que aderirem.

A NATO rejeitou todas as exigências da Rússia, e, após 6 meses de negociação, foi finalmente assinado o protocolo de adesão em 23 de Junho de 1994.

Nesse protocolo reconhece-se à Rússia o estatuto de grande potência, mas não um estatuto especial nas suas relações com a NATO, aguardando-se a entrega dum documento onde a Rússia apresente propostas concretas para a sua cooperação com a NATO.

Este quadro de cooperação tanto poderá servir para a adesão e integração dos Estados da Europa Central como para a adiar, ao mesmo tempo que procura evitar a exclusão da Rússia ou da Ucrânia.

A GUIA DE CONCLUSÃO

1. De tudo o que foi dito julgo possível tentar concluir que, desde o início da década de 90, os acontecimentos nos países do Centro e Leste

Europeu atingiram proporções inimagináveis nos últimos 40 anos, designadamente no que concerne:

- a. A saída dos exércitos de ocupação estrangeiros;
- b. A reconquista da soberania dos países que passaram a ser respeitados e ouvidos no concerto das nações;
- c. As radicais transformações na economia e no início duma difícil, mas aliciante, caminhada para Sociedades livres.

2. Todavia, conforme referiu Havel em 1991: — «Tudo tem sido infinitamente mais complexo do que foi inicialmente previsto.»

Julgo poder explicitar que pretendia perspetivar:

- a. A ciclópica tarefa da revisão completa do quadro legal de suporte às novas realidades políticas;
- b. A forma como alguns dos dirigentes comunistas, depois de perderem o poder político, em muitas circunstâncias aumentariam o seu poder económico;
- c. A combinação de confusão, incompetência e malevolência que originaria que militares e quadros dos ex-partidos comunistas se refugassem sob o controlo das novas realidades do Estado;
- d. A pulverização de cerca de 60% do eleitorado por vários partidos, a maioria dos quais não conseguiria atingir os 5% necessários para a eleição dum deputado.

3. O referido no número anterior contribuiu, de forma quicá significativa, para a independência, a partir de 1 de Janeiro de 1993, das Repúblicas Checa e Eslovaca, possivelmente também para a vantagem nas sondagens na República Checa do Bloco de Esquerda (com embrião no ex-partido comunista), após a troca do seu anterior símbolo por um cacho de cerejas; e ainda para a vitória, nas eleições antecipadas no Outono de 1993, do Partido da Esquerda Democrática (ex-PC) na República Eslovaca.

4. Face à rapidez das transformações, à inerente instabilidade governativa, à perda de regalias sociais e emergente descontentamento, os povos do Centro e Leste Europeu procuram conseguir a estabilidade política e valorizar a sua componente de segurança.

- a. Na procura da sua estabilidade política pretendem a sua adesão à UE, embora conscientes de que o alargamento da comunidade provocará graves dificuldades político-institucionais considerando a diversidade económica e o sistema heterogéneo constituído pelos vários estados.

São igualmente conhecedores de que, em conformidade com o Conselho Europeu realizado em Lisboa em Junho de 1992, serão aferidos pelos padrões duma identidade europeia, que possuem, mas necessitam ainda de construir um Estado de Direito democrático e dispor duma economia de mercado eficaz e competitiva.

A transformação pós-comunista que lhes é exigida constitui uma verdadeira revolução social cujos efeitos se farão sentir ao longo de anos.

Tais dificuldades serão acrescidas se atendermos aos problemas das minorias húngaras, alemãs, polacas e ucranianas cujos direitos deverão ser contemplados pela legislação das Repúblicas Checa e Eslovaca onde residem, a fim de não constituírem problemas adicionais à inserção destes Estados na Comunidade internacional.

Já constitui crítica dificuldade resolver a contradição entre os nacionalismos recentemente conquistados e o desejo manifestado de se integrarem na Europa Ocidental.

b. No que concerne à valorização da sua componente de segurança, a actual divisão entre a República Checa e Eslovaca encorajando a competição afecta necessariamente a cooperação.

As dificuldades sentidas pelas Eslováquia poderão implicar a sua não participação plena no «Grupo de Visegrado» e ao estabelecimento de relações preferenciais com a Ucrânia e, por via disso, originar o afastamento de ambos da órbita do mundo ocidental.

Torna-se necessário que sejam providenciadas as fontes de investimento, os novos mercados e a coordenação das acções necessárias para facilitar a cooperação entre o «Grupo de Visegrado» por forma a conseguir a sua plena adesão à Europa.

No âmbito político-militar o «Grupo de Visegrado» tem vindo a conceder particular significado à ligação CSCE-NACC por englobarem os EUA e o inerente vínculo transatlântico, que conferem uma maior segurança ao Centro e Leste Europeu.

Todavia a Aliança, para se envolver nos problemas da Europa Central, necessita duma justificação política para não embater contra possíveis preocupações de segurança da Rússia e prejudicar assim o processo de democratização em curso.

Surge por isso algum campo de acção à UEO.

5. Com a unificação da Alemanha, para contrabalançar a sua possível reestruturação como principal potência europeia, torna-se necessária a cooperação da Rússia com a NATO. Para continuar a excluir a Rússia os EUA têm de reconhecer à Alemanha o estatuto de principal parceiro na Aliança.

Para a contenção dos riscos da proliferação nuclear os EUA têm de cooperar com a Rússia.

A «Parceria para a Paz», após as evasivas iniciais da Rússia, caso consiga atingir os seus objectivos, poderá vir a contribuir para a segurança e estabilidade na Europa.

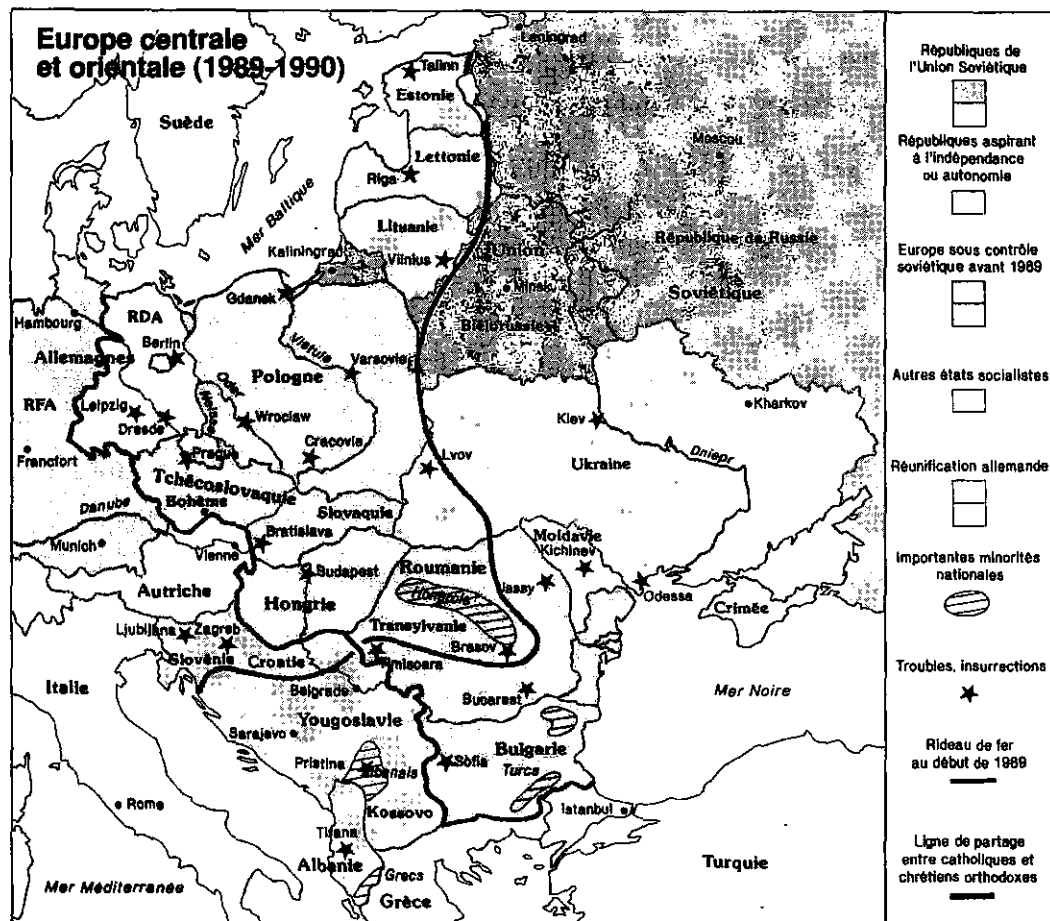
6. De momento a Europa Central reestrutura a sua segurança e defesa, quer no âmbito das forças armadas quer no âmbito das doutrinas, necessitando para tanto do apoio das organizações da Europa Ocidental e dos EUA para a resolução dos múltiplos problemas de ordem interna e externa com que se defronta.

A Rússia não pretende ver a NATO junto das suas fronteiras, mas procura que o seu dispositivo defensivo esteja o mais próximo possível da Europa Central.

Pretendendo a Europa Ocidental que a abertura e cooperação sejam comuns a todos os Estados Europeus, não faz sentido uma estrutura de defesa unificada no centro da Europa.

Estamos, portanto, perante uma situação que não oferece soluções fáceis e que, por isso creio, terá tendência a manter-se, embora como afirmou a Sr.^a Thatcher: — «O Mundo muda mais depressa que a nossa capacidade de pensar.»

Luís de Medeiros Ferreira



ANEXO B

*ACORDOS DE COOPERAÇÃO ASSINADOS, OU EM CURSO, PELA
CHECOSLOVÁQUIA ENTRE AGOSTO DE 1990 E JULHO DE 1992*

1. *BILATERAIS*

Ex-URSS: Declaração de cooperação em matérias económicas, políticas e culturais (Março de 1991) e de segurança (Outubro de 1991).

RÚSSIA: Cooperação e amizade (Janeiro de 1992).

HUNGRIA: Cooperação, segurança e defesa (Janeiro de 1991).

BULGÁRIA: Amizade e cooperação (Abril de 1992).

ROMÊNIA: Cooperação, comércio e amizade (Janeiro de 1992).

AÚSTRIA: Cooperação na área da energia nuclear e troca de informação em caso de acidente com reactores (Maio de 1991) e cooperação militar (Abril de 1992).

FRANÇA: Cooperação e amizade (Outubro de 1991); cooperação militar (Abril de 1992).

ALEMANHA: Amizade, comércio e cooperação (Outubro de 1991) e Tratado de base (Fevereiro de 1992).

2. *MULTILATERAIS*

• CSCE: Signatária da Carta de Paris (Novembro de 1990).

POLÓNIA E HUNGRIA: Cooperação regional e apoio mútuo nas relações com a Europa Ocidental e ex-URSS (Fevereiro de 1991).

NATO: Estabelecimento duma missão de ligação (Agosto de 1990).

Ex-HEXAGONAL/Iniciativa do Centro Europeu — os seus membros decidem incrementar cooperação económica e melhorar relações com a CE (Agosto de 1990).

CE: Acordos de comércio e cooperação (Fevereiro de 1991).

CONSELHO EUROPEU: Membro desde Fevereiro de 1991.

UEO: Assembleia da UEO preconiza a sua entrada como membro (Junho de 1992).

ANEXO C

ACORDO DAS FORÇAS ARMADAS CONVENCIONAIS NA EUROPA (CFE)

*Elementos disponíveis após as
declarações de 1 de Janeiro de 1993*

	REPÚBLICA CHECA		ESLOVAQUIA		TOTAIS	
	Existências	Limites	Existências	Limites	Existências	Limites
Pessoal (Activo)	110 010	93 333	55 005	46 667	165 015	140 000
Carros de Combate (peso > 16,5 ton calibre > 75 mm)	1 703	957	851	478	2 554	1 435
Veículos Blindados (transporte > 4 elementos calibre > 12,5 mm/míssil)	2 462	1 367	1 231	683	3 693	2 050
Peças de Artilharia calibre > 100 mm	1 612	767	806	383	2 418	1 150
Aviões de Combate	231	230	116	115	347	345
Helicópteros	37	50	18	25	55	75

Em 1 de Julho de 1993 as duas repúblicas assinaram e ratificaram o Tratado «OpenSkies».

Em 1 de Julho de 1993 as duas repúblicas enviaram à ONU informação sobre o armamento convencional disponível (Resolução 46/36L da Ass. Geral ONU de Dezembro de 1991).

BIBLIOGRAFIA

- *FOREIGN AFFAIRS* — March/April 1994 — A Call for Sacrifice, Vaclav Havel.
- *FOREIGN AFFAIRS* — Summer 1993 — The Clash of civilizations, Samuel P. Huntington.
- *ADELPHI PAPERS* 285 — February 1994 — Stability and Instability in Eastern Europe, Prof. Peter Frank.
- *ORBIS* — Vol. 38, n.º 1 — Winter 1994 — Imperial Temptations: Ethnicity Abroad, William D. Jackson.
- *NATO: The Challenge of Change* 1993, Jeffrey Simon.
- *ORBIS* — Vol. 37, n.º 1 — Winter 1993 — Europe's Past, Europe's Future, Gregory F. Treverton.
- *ADELPHI PAPERS* 284 — January 1994 — Strategic Studies and the New Europe, Prof. Caurrence Freedman; Democratisation and Norm Creation in Europe, Dr. Marianne Hauson.
- *DICTIONNAIRE DE GEOPOLITIQUE*, Yves Lacoste.
- *CONFLICT STUDIES* 263, Security and Cooperation in Europe, J. B. Wright.
- *RAMSES*, Géopolitique de l'Europe — «Un monde sans amarres».
- *RAMSES*, Crise et Politique Internationale — «L'Europe Central et Oriental».
- *PROBLEMS OF COMMUNISM* Mai-June 92, «The Bumpy Road of Czechoslovakia's Velvet Revolution», Otto Ue.
- *OS ESCLAVOS — POVOS E NAÇÕES*, Roger Portal.
- *ASSEMBLEE DE L'ATLANTIQUE NORD*, Commission Économique. La réforme économique en Pologne et au Tchecoslovaquie.
- *INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES (INSS)*, Czechoslovakia's «Velvet Divorce». Visegrad Cohesion, and European Fault Lines, Jeffrey Simon.